



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Aquisição de produtos para alimentação de dieta enteral, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

(Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS

Aquisição de produtos para alimentação de dieta enteral, conforme descrições abaixo, fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Lote	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Fórmula Infantil para prematuros, nutricionalmente balanceada, enriquecida com DHA, ARA e	Lata Pré nan	Unid.	80	R\$ 144,93	R\$ 11.594,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	nucleotídeos Apresentação: Lata de 400g.					
02	Fórmula Infantil de partida a base de proteínas lácteas, indicada para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida. Apresentação: Lata de 800g.	Lata Nestogeno 1	Unid.	200	R\$ 73,18	R\$ 14.636,00
03	Fórmula Infantil de partida a base de proteínas lácteas, indicada para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, com prebióticos, DHA e ARA e nucleotídeos. Apresentação: Lata de 400g.	Latas Nan confort 1 Aptamil 1	Unid.	200	R\$ 65,82	R\$ 13.164,00
04	Fórmula Infantil de seguimento a base de proteínas lácteas, indicadas para lactantes a partir do 6º mês de vida. Apresentação: Lata de 800g.	Latas Nestogeno 2	Unid.	200	R\$ 73,59	R\$ 14.718,00
05	Fórmula Infantil de seguimento a base de proteínas lácteas, indicadas para lactantes a partir do 6º mês de vida, com prebióticos, DHA e ARA e nucleotídeos. Apresentação: Lata de 800g.	Latas Aptamil premium 2 Ou nan confort 2	Unid.	200	R\$ 85,82	R\$ 17.164,00
06	Fórmula Infantil isenta de lactose, nutricionalmente balanceada. Apresentação: Lata de 400g.	Latas Aptamil sl ou nan sem lactose)	Unid.	400	R\$ 84,67	R\$ 33.868,00
07	Fórmula Infantil indicada para redução de episódios de regurgitação. Apresentação: Lata de 800g.	Latas Nestogeno espessar ou Aptamil ar Nan ar	Unid.	50	R\$ 87,37	R\$ 4.368,50
08	Fórmula Infantil para lactentes e de seguimento nutricionalmente completa a base de proteínas do soro do leite extensamente hidrolisada, enriquecida com DHA, ARA, TCM e prebióticos. Contém Lactose. Isento de gluten. Apresentação: Lata de 400g.	Lata Aptamil pepti	Unid.	100	R\$ 143,65	R\$ 14.365,00
09	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres, para lactentes e crianças de primeira infância de 0 a 36 meses. Nutricionalmente completa e isenta de proteínas lácteas, com	Lata Neocate	Unid.	80	R\$ 287,59	R\$ 23.007,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	restrição de lactose. Apresentação: Lata de 400g.					
10	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose à base de proteína hidrolisada de arroz. Enriquecido com Nucleotídeos e Taurina. De 0 a 36 meses. Apresentação: Lata de 400g.	Lata Novamil rice	Unid.	50	R\$ 313,65	R\$ 15.682,50
11	Suplemento Nutricional Infantil completo e balanceado, enriquecido com vitaminas e minerais, para uso oral e enteral. Somente sabor Baunilha. Apresentação: Lata 350g a 390g.	Latas Sustagem kids Nutren kids	Unid.	250	R\$ 45,92	R\$ 11.480,00
12	Suplemento Nutricional Infantil, hipercalórico 1,5kcal/ml enriquecido com vitaminas e minerais, para uso oral e enteral. Isento de lactose. Somente sabor baunilha. Apresentação: Lata de 400g.	Latas Fortini plus	Unid.	100	R\$ 74,48	R\$ 7.448,00
13	Módulo de oligossacarídeos, base de maltodextrina, para nutrição enteral e oral. Apresentação: Lata de 400g.	Lata Carbofor	Unid.	50	R\$ 39,04	R\$ 1.952,00
14	Suplemento Nutricional em pó para adultos, hiperproteico, enriquecido com vitaminas e minerais, com fibras (FOS e inulina). Uso via oral e enteral. Somente sabor baunilha. Apresentação: Lata 400g.	Lata Ensure ou nutren active ou sustagem adulto	Unid.	500	R\$ 45,91	R\$ 22.955,00
15	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, normocalórico, com 100% de proteína isolada de soja, com TCM, RICO EM FIBRAS (fibra de soja, goma guar parcialmente hidrolisada e inulina) para atender as necessidades nutricionais de pacientes com função anormal do intestino em inatividade prolongada. Apresentação: embalagem tetra Square 1000ml.	Litros Isosouce soya fiber ou trophic soya fiber	Unid.	1.500	R\$ 31,10	R\$ 46.650,00
16	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, hipercalórico, hiperproteico, Mix de proteínas (caseinato de cálcio, proteína	Litros Isosource ep	Unid.	400	R\$ 58,57	R\$ 23.428,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	isolada de soja, proteína isolada do soro do leite), com TCM. Isenta de sacarose, lactose e glúten; Somente sabor Baunilha Apresentação: embalagem tetra Square 1000ml					
17	Fórmula imunomoduladora que tenha a função de satisfazer as necessidades nutricionais e metabólicas de pacientes gravemente enfermos em estado ou com risco de infecção. Usado como nutrição oral ou enteral para cicatrização de feridas gerais. Enriquecido com l-arginina, nucleotídeos e ácidos graxos, isento de lactose e glúten. Apresentação: embalagem tetra Pack 1000 ml.	Litros Cubison	Unid.	100	R\$ 137,67	R\$ 13.767,00
18	Fórmula em pó para paciente com diabetes tipo 1 e 2 e tolerância anormal a glicose. Indicado como substituto de refeição de baixa caloria, lanche ou alimentação suplementar metabólico, como trauma e infecções. Para uso via oral ou enteral. Apresentação: Latas de 400g. DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE) REGISTRO NO M.S.	Latas Glucerna	Unid.	500	R\$ 96,39	R\$ 48.195,00
19	Alimento nutricionalmente completo específico para diabéticos tipo 1 e 2 e tolerância anormal a glicose. Para uso via oral ou enteral. Apresentação: embalagem tetra Pack 1000ml.	Litros Novasouce gi control ou nutrison Diason	Unid.	1.000	R\$ 46,16	R\$ 46.160,00
20	Suplemento nutricional para pacientes idosos inapetentes, hiperproteico, enriquecida com vitaminas e minerais, contendo quantidades adicionais de cálcio, vitamina D. Para uso via oral ou enteral. Somente sem sabor, podendo ser adicionado em preparações doces e salgadas. Apresentação: Lata de 370g.	Latas Nutren senior ou nutridrink protein ou sustagem senior ou prodiet	Unid.	1000	R\$ 66,17	R\$ 66.170,00
21	Suplemento nutricional para pacientes em tratamento oncológico, hipercalórico, hiperproteico, rico em ômega-3 (DHA E EPA), cálcio, ferro, cobre, zinco, selênio, vitaminas A, D, E, K e C, com restrição de açúcares e	Nutren forti fy	Unid.	400	R\$ 121,92	R\$ 48.768,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	lactose. Somente sem sabor. Apresentação: Lata de 360g.					
22	Módulo concentrado de fibras solúveis e insolúveis ideal para o equilíbrio funcional da microbiota intestinal. Pode ser adicionado a qualquer alimento ou bebida. Lata 400g.	Latas Fiberfor Vitafor (qualidade igual ou superior)	Unid.	100	R\$ 120,43	R\$ 12.043,00
23	Formula infantil a base de proteína isolada de soja, isenta de lactose e sacarose,,enriquecida com ferro,indicada para crianças a partir de 6º meses de vida, apresentação lata de 800g.	Nan soya Aptamil soja	Unid.	50	R\$ 101,03	R\$ 5.051,50
24	Suplemento alimentar em pó, hiperproteico, especialmente formulado para atender as necessidades nutricionais no controle glicêmico. Com distribuição do VCT de 25% proteínas (27g/100g), 40% de carboidratos (42g/100g) e 35% de lipídeos (17g/100g), com alto teor deômega-3. Formulado com 36% proteína animal e 64% de proteína vegetal. Isento de sacarose, lactose e glúten. 3g de fibras solúveis na porção, sendo 31% Frutooligossacarídeo e 69% Polidextrose. Apresentação: lata de 370g. Sabor baunilha. Reg. MS: Isento de registro de acordo com a Resolução RDC 27/2010 Validade: 12 meses Procedência: Nacional Marca: Diamax IN.	PRODIET	Unid.	350	R\$ 77,57	R\$ 27.149,50
25	Fórmula Modificada para Nutrição Enteral e Oral formulada para recuperação nutricional fortificada com Zinco, L-leucina e Proteínas. Sem sabor, pode ser usado por via enteral ou oral em preparações doces e salgadas. Não contém sacarose, sucralose e glúten. Lata de 350g. Reg. MS: 6.6320.0017 Validade: 12 meses Procedência Nacional Marca: Immax.	PRODIET	Unid.	600	R\$ 112,99	R\$ 67.794,00
26	Suplemento hipercalórico 200ml: Suplemento oral líquido, desenvolvido	Fresubin, nutridrink	Unid.	1500	R\$ 21,73	R\$ 32.595,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	para atender pacientes com necessidades calóricas e proteicas elevadas, como em casos de desnutrição, fraturas, cirurgias, úlceras de pressão e HIV/AIDS sem complicações. Nutricionalmente completo, fornece 300 kcal e 20g de proteína por unidade, favorecendo a cicatrização e a manutenção da massa muscular. Embalagem de 200ml	compact, energyzip				
27	Formula enteral para paciente com doença renal: Fórmula nutrição enteral e oral, nutricionalmente completa. Contém 60% de proteína de soro de leite, TCM (Triglicerídeos de Cadeia Média) em quantidades adequadas e baixo teor de gordura saturada. Específico para pacientes com insuficiência renal não dialisado, que requerem uma dieta com restrição de proteína e alta densidade calórica. Fórmula com perfil lipídico de acordo com as recomendações da ADA e AHA. Apresentação de Tetra Pack 1000mL	Nutri RD 2.0	Unid	400	R\$ 43,92	R\$ 17.568,00
Total						R\$ 661.741,60

(Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte –

COTA RESERVADA 25%)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS

Aquisição de produtos para alimentação de dieta enteral, conforme descrições abaixo, fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Lote	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
28	Fórmula Infantil semi-alimentar, hipoalergênica, nutricionalmente completa a base de proteínas do soro do leite hidrolizada, podendo ser usada como dieta exclusiva ou suplemento, enriquecida com DHA, ARA e TCM. Isento de Lactose. Apresentação: Lata de 400g.	Lata Pregomin pepti	Unid.	125	R\$ 163,70	R\$ 20.462,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

29	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, normocalórico, com 100% de proteína isolada de soja, com TCM para atender as necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do paciente. Apresentação: embalagem tetra Square 1000ml.	Litros Isosouce soya ou trophic soya	Unid.	875	R\$ 29,53	R\$ 25.838,75
30	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, hipercalórico, normoproteico, para atender as necessidades de pacientes que sofreram perdas exacerbadas de peso. Somente sabor Baunilha. Apresentação: embalagem tetra Square 1000ml.	Litros Isosouce 1,5	Unid.	500	R\$ 43,47	R\$ 21.735,00
31	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento lactentes e/ou crianças de primeira infância, destinado a necessidade dietoterápica específica. Contendo (ARA/DHA), nucleotídeos, beta-caroteno e prebióticos (GOS/FOS). De 0 a 36 meses. Apresentação: Lata de 400g.	Infatrini	Unid.	150	R\$ 178,44	R\$ 26.766,00
32	Suplemento enteral em pó: fórmula nutricionalmente completa, normocalórica (1.0 Kcal/ml), normoproteica, com exclusivo mix de proteínas e baixo teor de gordura saturada. Isente de gluten, lactose, contendo sucralose. Embalagens de 800g	Trophic basic	Unid	300	R\$ 90,40	R\$ 27.120,00
Total						R\$ 121.922,25

(Participação ampla concorrência - COTA PRINCIPAL)

Aquisição de produtos para alimentação de dieta enteral, conforme descrições abaixo, fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Lote	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
33	Fórmula Infantil semi-alimentar, hipoalergênica, nutricionalmente completa a base de proteínas do soro do leite hidrolizada, podendo ser usada como dieta exclusiva ou suplemento,	Lata Pregomin pepti	Unid.	375	R\$ 163,70	R\$ 61387,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	enriquecida com DHA, ARA e TCM. Isento de Lactose. Apresentação: Lata de 400g.					
34	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, normocalórico, com 100% de proteína isolada de soja, com TCM para atender as necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do paciente. Apresentação: embalagem tetra Square 1000ml.	Litros Isosouce soya ou trophic soya	Unid.	2.625	R\$ 29,53	R\$ 77.516,25
35	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral ou oral, hipercalórico, normoproteico, para atender as necessidades de pacientes que sofreram perdas exacerbadas de peso. Somente sabor Baunilha. Apresentação: embalagem tetra Square 1000ml.	Litros Isosouce 1,5	Unid.	1.500	R\$ 43,47	R\$ 65.205,00
36	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento lactentes e/ou crianças de primeira infância, destinado a necessidade dietoterápica específica. Contendo (ARA/DHA), nucleotídeos, beta-caroteno e prebióticos (GOS/FOS). De 0 a 36 meses. Apresentação: Lata de 400g.	Infatrini	Unid.	450	R\$ 178,44	R\$ 80298,00
37	Suplemento enteral em pó: fórmula nutricionalmente completa, normocalórica (1.0 Kcal/ml), normoproteica, com exclusivo mix de proteínas e baixo teor de gordura saturada. Isento de gluten, lactose, contendo sucralose. Embalagens de 800g	Trophic basic	Unid	900	R\$ 90,40	R\$ 81360,00
Total						R\$ 365.766,75

2.2. Valor total da contratação **R\$ 1.149.430,60 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais e sessenta centavos).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. O ciclo de vida do objeto refere-se às etapas que envolvem a utilização dos suplementos alimentares adquiridos, desde sua aquisição. Esse processo é essencial para garantir o uso adequado dos suplementos, otimizar a gestão de estoque e assegurar a conformidade com as normas sanitárias e ambientais.

4.3. A definição do ciclo de vida permite uma administração eficiente dos recursos, prevenindo desperdícios e garantindo que os suplementos sejam utilizados de forma racional e segura. Além disso, contempla diretrizes para o armazenamento, distribuição e descarte adequado dos produtos, contribuindo para a sustentabilidade e para a minimização de impactos ambientais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.4. O ciclo de vida dos suplementos alimentares adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde compreende todas as etapas desde a aquisição até o descarte final. Esse processo é essencial para garantir a eficiência na gestão dos suplementos, além da conformidade com as normas sanitárias e ambientais. O ciclo de vida pode ser dividido nas seguintes fases:

4.5. Aquisição e Recebimento:

- a) Seleção dos fornecedores e aquisição dos suplementos conforme especificações técnicas e requisitos de qualidade.
- b) Recebimento dos produtos com conferência de validade, integridade das embalagens e conformidade com as normas sanitárias.

4.6. Armazenamento e Distribuição:

- a) Organização dos suplementos em locais apropriados, garantindo condições ideais de conservação e acessibilidade.
- b) Distribuição eficiente para os pacientes, conforme demanda e planejamento logístico, evitando desperdícios e desabastecimento.

4.7. Utilização e Monitoramento:

- a) Fornecer os suplementos conforme protocolos médicos, garantindo segurança e eficácia aos pacientes.
- b) Controle contínuo do consumo e reposição programada para evitar escassez e desperdício.

4.8. Descarte e Gestão de Resíduos:

- a) Separação e descarte adequado dos suplementos conforme normas da Anvisa e legislações ambientais, garantindo a destinação correta.
- b) Implementação de práticas sustentáveis para minimizar impactos ambientais, como reciclagem de embalagens e uso racional dos suplementos.

4.9. Além disso, a implementação de boas práticas na armazenagem, distribuição e descarte sustentável contribui para a preservação do meio ambiente e para a redução de impactos negativos causados. Dessa forma, a adoção de um ciclo de vida bem estruturado fortalece a qualidade da assistência à saúde e promove a sustentabilidade no uso dos suplementos adquiridos.

4.10. A correta gestão do ciclo de vida dos suplementos alimentares é essencial para garantir a eficiência dos serviços de saúde, a segurança dos pacientes e a otimização dos recursos públicos. Desde a aquisição até o descarte final, cada etapa do processo deve ser conduzida com planejamento e conformidade com as normas sanitárias e ambientais, evitando desperdícios e assegurando a disponibilidade contínua dos suplementos.

Da garantia de qualidade do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 4.11. A garantia de qualidade dos suplementos alimentares adquiridos é um fator essencial para assegurar a segurança dos pacientes e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde. A qualidade dos suplementos impacta diretamente a precisão do fornecimento e a durabilidade dos suplementos.
- 4.12. Para garantir a conformidade dos produtos, são adotados critérios rigorosos de seleção, considerando normas técnicas, certificações exigidas pelos órgãos reguladores, além da procedência e credibilidade dos fornecedores. Dessa forma, busca-se garantir que todos os suplementos adquiridos atendam aos padrões necessários para um fornecimento seguro, eficaz e de alta qualidade.
- 4.13. A garantia de qualidade dos suplementos alimentares adquiridos envolve um conjunto de ações e critérios técnicos que asseguram a eficácia e a durabilidade dos suplementos utilizados. Para isso, são adotadas medidas que abrangem desde a seleção dos produtos até o seu uso final, garantindo conformidade com as exigências regulatórias e operacionais.
- 4.14. Aquisição de produtos que atendam às normas técnicas e regulamentações estabelecidas por órgãos como a Anvisa, Inmetro e Ministério da Saúde.
- 4.15. Inspeção rigorosa dos suplementos no momento do recebimento, verificando integridade, prazos de validade e conformidade com as especificações contratuais.
- 4.16. Testes amostrais para garantir que os suplementos atendam aos padrões exigidos antes de serem distribuídos aos pacientes.
- 4.17. Adoção de boas práticas de armazenamento, garantindo que os produtos sejam mantidos em condições ideais para preservar sua qualidade e funcionalidade.
- 4.18. Monitoramento contínuo dos estoques para evitar o vencimento de produtos e assegurar sua utilização dentro do prazo recomendado.
- 4.19. Acompanhamento dos suplementos durante seu uso, identificando possíveis falhas ou necessidade de ajustes na aquisição futura.
- 4.20. Adoção de medidas corretivas caso alguns suplementos apresentem problemas de qualidade, garantindo a substituição ou adequação necessária.
- 4.21. Além disso, a implementação de práticas de controle de qualidade contínuo e a avaliação do desempenho dos suplementos possibilitam ajustes e melhorias no processo de aquisição, garantindo que os produtos atendam plenamente às necessidades do sistema de saúde municipal. Dessa forma, a padronização da qualidade contribui diretamente para um fornecimento mais seguro, eficaz e confiável, refletindo na melhoria dos serviços prestados à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.22. A garantia de qualidade dos suplementos alimentares adquiridos é fundamental para assegurar a segurança dos pacientes e a otimização dos recursos públicos. A adoção de critérios rigorosos na seleção, no armazenamento e no monitoramento dos suplementos permite que apenas produtos devidamente certificados e em conformidade com as normas sanitárias sejam fornecidos

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.23. Os bens não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.24. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado e contratado por item e executado de forma parcelada, visando atender as necessidades da secretaria demandante, conforme solicitação de despesa ou nota de empenho.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra

5.6. Poderá ser solicitado na fase de julgamento a apresentação de amostra, conforme previsão no instrumento convocatório.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Justificativa para a indicação de marcas referenciais

5.8. Para a aquisição dos produtos objeto desta contratação faz-se necessário a previsão de marca para cada produto, uma vez que o produto descrito é de acordo com a prescrição médica e nutricional de cada paciente que necessita desse suplemento alimentar.

5.9. Do ponto de vista legal, a indicação de marcas referenciais encontra amparo na legislação vigente, especialmente quando devidamente justificada por critérios técnicos, sem restringir a ampla concorrência, conforme previsto no art. 41 da Lei n.º 14.133/21. Nestes casos, é permitida a menção a marcas como forma de referência de qualidade em caráter excepcional.

5.10. Além disso, é imprescindível ressaltar que a alimentação enteral é uma modalidade terapêutica fundamental para pacientes em estado de vulnerabilidade nutricional e clínica, muitas vezes submetidos a longos períodos de tratamento. Dada a complexidade e a individualidade desses atendimentos, a escolha dos produtos utilizados deve considerar não apenas os critérios técnicos e nutricionais, mas também fatores relacionados à aceitação, adaptação e bem-estar dos pacientes. Assim, a indicação de marcas referenciais no processo de aquisição visa assegurar a qualidade e a continuidade do cuidado, bem como o respeito à dignidade humana.

5.11. Os pacientes atendidos pela rede pública de saúde, em sua maioria, já estão habituados ao uso de determinadas marcas de fórmulas enterais, cujas características de sabor, consistência e tolerabilidade vêm sendo bem aceitas. A introdução de novos produtos, sem o devido cuidado



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

com esses aspectos, pode resultar em rejeição alimentar, desconforto gastrointestinal, queda na adesão ao tratamento nutricional e prejuízo à recuperação clínica. Considerando-se que essas pessoas, em muitos casos, já enfrentam situações de extrema fragilidade física e emocional, submetê-las à obrigatoriedade de aceitar fórmulas que não toleram ou não aceitam, mesmo que tecnicamente similares, beira o desrespeito à condição humana — o que se opõe frontalmente aos princípios de equidade, integralidade e humanização do SUS.

5.12. A escolha por marcas referenciais, portanto, não representa uma restrição indevida à competitividade, mas sim uma medida cautelosa que visa assegurar que os produtos licitados estejam alinhados às reais necessidades do público-alvo. A legislação vigente permite essa prática, desde que devidamente justificada por critérios técnicos, como é o caso em questão. A adoção de marcas referenciais também contribui para a padronização dos protocolos clínicos, a otimização dos processos de prescrição e controle de estoque, além de facilitar a avaliação técnica dos itens licitados.

5.13. Dessa forma, a indicação de marcas referenciais justifica-se não apenas por critérios de qualidade e eficiência, mas principalmente pela necessidade de preservar o conforto, a segurança e a dignidade dos pacientes que dependem da terapia nutricional enteral. Tal conduta é coerente com os princípios éticos da saúde pública, com a legislação vigente, e, sobretudo, com a finalidade desta contratação, que é proporcionar o melhor cuidado possível àqueles que mais precisam.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais

Do prazo de validade

6.1. Os suplementos que por ocasião de sua entrega deverão apresentar no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente para produtos em que o prazo total for superior a um ano, e, de 90% (noventa por cento) nos suplementos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano.

Do armazenamento

6.2. Os suplementos alimentares deverão ser armazenados em local apropriado, de acordo com os produtos armazenados e identificar os suplementos conforme determinados parâmetros, como fragilidade, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, garantindo sua integridade e conservação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.3. O ambiente de armazenamento deverá possuir controle de temperatura, umidade e ventilação adequados, conforme especificações de cada suplemento.

6.4. Os produtos deverão ser organizados de forma a permitir fácil acesso e controle de validade, priorizando a utilização dos itens com vencimento mais próximo (método PEPS – Primeiro que Entra, Primeiro que Sai).

6.5.A área de armazenamento deve ser higienizada regularmente, livre de contaminantes e infestação por pragas, conforme exigências da Anvisa.

Do transporte

6.6. O transporte dos suplementos alimentares deverá ser realizado em veículos adequados, que garantam a integridade e a segurança dos produtos, evitando danos físicos ou contaminação.

6.7. O transporte dos suplementos alimentares pode ser realizado pelo próprio fabricante ou por operadores logísticos contratados. Se o transporte for realizado por operador logístico, este precisa ser qualificado e seguir as mesmas regras de boas práticas de armazenamento e distribuição do produtor. Ele deve possuir uma autorização específica para a atividade, conforme a portaria n.º 802/1998 e a Lei n.º 6360/1976, devendo existir procedimentos operacionais redigidos para as todas as operações susceptíveis de afetar a qualidade dos produtos ou da atividade de distribuição.

6.8. Os produtos deverão ser devidamente acondicionados e identificados durante o transporte, garantindo rastreabilidade e facilitando a conferência no momento da entrega.

6.9. Acondicionamento e transporte dos suplementos alimentares devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos do pó e variações de temperatura.

6.10. A distribuição dos suplementos às unidades de saúde deverá seguir um cronograma previamente estabelecido, evitando desabastecimento e garantindo a disponibilidade contínua dos suplementos.

6.11. No ato de entrega a armazenagem dos suplementos alimentares no almoxarifado e também durante o transporte precisa seguir cuidados especiais para que preservem a qualidade. As regras são definidas de acordo com o sistema de instalação e o layout adotados.

6.12. Em casos de transporte de materiais frágeis, deverão ser adotadas medidas adicionais de segurança, como embalagens reforçadas e manuseio especializado.

6.13. Além das práticas disseminadas no presente termo de referência, é preciso também seguir cuidados próprios de cada fabricante no transporte de suplementos alimentares. Esses cuidados constam nas embalagens do produto que será objeto do transporte.

No ato da entrega, os suplementos alimentares deverão:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 6.14. Estar de acordo com as especificações técnicas descritas na Ata de Registro de Preços, incluindo marca, modelo e demais características exigidas.
- 6.15. Apresentar quantidade exata conforme estabelecido no pedido de compra, sem variações ou substituições não autorizadas.
- 6.16. Serem entregues em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.
- 6.17. Materiais frágeis ou sensíveis devem contar com embalagem reforçada e identificação de manuseio especial.
- 6.18. Independentemente de produtos nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, dentre outros.
- 6.19. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.).
- 6.20. As embalagens primárias dos suplementos apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 6.21. Estar em embalagem ou caixa que armazenava (se está com boa aparência, se apresenta algum dano, se está aberta).
- 6.22. Apresentar lote e data de fabricação visíveis na embalagem, possibilitando rastreabilidade e controle de estoque.
- 6.23. Estar com os prazos de validade dentro do ideal.
- 6.24. Estar com aspectos próprios em formato, tamanho e cor (se há alguma alteração de cor ou condição indevida).

Dos prazos e do local de fornecimento

- 6.25. O prazo para o fornecimento do objeto será de no máximo **07 (sete) dias úteis**, contado a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da contratada, devidamente justificada e aceita pela contratante.
- 6.26. O objeto desta contratação deverá ser entregue em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, nos seguintes locais:
 - a) Secretaria de Saúde, Praça da República, n.º 462, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
 - b) Hospital Municipal, Avenida Rio Grande do Sul, n.º 102, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- c) Clínica da Mulher, Rua São Paulo, n.º 190, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- d) Centro de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Santa Catarina, n.º 1.214, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- e) Posto de Saúde Vila Verde 2, Avenida Brasil, n.º 56, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- f) Posto de Saúde Cassarotti, Rua Sotero Odolindo Izzo, n.º 133, Centro, CEP 86.925-000, Cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

6.27. A entrega deverá ser em horário comercial sendo compreendido entre às 08:00 horas e às 11:00 horas e das 13:00 horas e às 17:00 horas, agendado através do telefone.

Das Alterações

6.28. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os fornecimentos deverão ser executados no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade contratante na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do contratante e conforme solicitação, correndo por conta do contratado todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos moldes do art. 140, II, alínea A, da Lei n.º 14.133 de 2021.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Prazo de pagamento

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO - POR ITEM.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração da Ata de Registro de Preços a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
214	05.011.10.306.0428.2.089.3.3.90.32.00.00.	1303

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a ata de registro de preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 22 de junho de 2026.

André Luiz Pereira
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20